

# Ajuste fiscal: o curto e o longo prazo

Economia - Brasil

Jaime Verruck\*

**A** primeira situação a considerar é a pergunta: Por que fazer o ajuste fiscal? A resposta é salvar o Plano Real e consequentemente a estabilidade da moeda a qualquer custo. Não é nenhuma novidade, todos sabíamos da necessidade das medidas após o período eleitoral. Na avaliação de ganhos e perdas, o conjunto da economia perde no curto prazo; mas aceitando que são medidas que no longo prazo permitem ao país a crescer.

A função do governo normalmente é fazer política econômica anti-cíclica, isto se a economia está em recessão, deveríamos propor medidas contra o ciclo, expansionistas e não recessivas. Assim o pacote é altamente recessivo, a previsão é de que economia tenha crescimento negativo em 1998, em torno de -1%. Isto é uma forte recessão. O problema é que quando se aumenta impostos em uma economia com recessão, a arrecadação tende a cair, e isto já deve ocorrer em março ou abril. Assim ou o governo e principalmente o Congresso fazem a reforma tributária logo, ou o ajuste será inócuo para a econo-

mia. Com os juros nos níveis atuais, o déficit público tende a continuar crescendo, com as medidas não resolvendo o problema, apenas o minimizando.

O Ministro Malan diz que "o tempo de gradualismo acabou". Entretanto nosso entendimento é de que acabar com o gradualismo é aprovar uma reforma tributária e fiscal completa e co-

rajosamente implantada. Nos ajustes anteriores houve muito marketing e pouco efici-

cacia, apenas aumento de impostos. Vamos fazer de conta apenas para garantir o apoio do FMI, que é óbvio gostou das medidas. Os "investidores" internacionais não tiveram a mesma percepção, no anúncio 1 bilhão deixou o país. Temos que passar do discurso para prática.

Acredito que seria a grande oportunidade do Congresso votar as reformas e contribuir para desenvolver o país no longo prazo. Hoje alguns congressistas afirmam na TV: "temos que apoiar o Presidente". O que deveriam fazer é trabalhar e terminar a votação da reforma da

previdência, terminar a regulamentação da reforma administrativa, fazer uma urgente reforma tributária e implantar regras de flexibilização do mercado de trabalho. Como disse Mário Covas, "o ajuste está quatro anos atrasado". E da forma que foi feito, sem as reformas, leva à situação inócuia, pelo objetivo que se propõe, que é acabar com o déficit público.

Para a empresa competitivas o aumento de imposto reduz a margem de lucro. Sem falar nos juros que inviabilizam qualquer atividade. Para agricultura a compra de insumos é feita de setores oligopolizados que mantêm suas margens em época de crise

e vende em mercado competitivo, resultando em compressão de margem

da agricultura. As prefeituras devem se ajustar rapidamente ao limite de gastos, os prefeitos terão de ser ótimos gerentes e às vezes adotar medidas fortes de demissão e cortes de gastos.

Ao consumidor só resta proteger a Bolsa. Evite dí-

vidas de cheque especial ou rolar dívidas no cartão. Para o final do ano evite novas dívidas e faça reservas para enfrentar emergências. Não aposte em aplicações com dólar, as aplicações financeiras têm oferecido boas taxas.

Por fim, as medidas são necessárias para preservar a estabilidade da moeda, entretanto o caminho das

reformas tende a ser mais doloroso no curto prazo, mas permite um horizonte

mais positivo no ano 2000. O Congresso deve fazer algumas modificações nas medidas, fazendo com que em 1999 seja uma constante o anúncio de medidas e fortes negociações com o Congresso, principalmente com um orçamento aberto para o setor público. O que poderia minimizar a situação é uma redução dos juros, que por enquanto não é possível.

Em economia sempre o longo prazo é melhor que o curto prazo, com se fossem coisas distintas. Em 1999 o PIB cresce apenas -1%, mas em 2000 o crescimento será de 3%, segundo o ministério da Fazenda.

**Acabar com o gradualismo é aprovar uma reforma tributária e fiscal completa e corajosamente implantada**

**Os prefeitos terão de ser ótimos gerentes e às vezes adotar medidas fortes de demissão e cortes de gastos**

\*Economista, Prof. de Economia da UCDB e Consultor de Empresas no MS